

NIETZSCHE: A ORIGEM DA LINGUAGEM

*Thelma Silveira Mota Lessa da Fonseca**

Resumo: O presente texto consiste em parte de um estudo maior voltado para a compreensão da gênese da preocupação de Nietzsche com a linguagem. Será aqui abordado um escrito do período de juventude do autor, que poderia ser classificado como "filológico". No entanto, reconhece-se aí algumas considerações de teor propriamente filosófico e que ganharão densidade na obra posterior do autor. Buscar-se-á mostrar que as primeiras que, justamente neste grande passo em direção à filosofia, o autor defrontou-se com problemas e impasses que somente uma reflexão especificamente filosófica poderia resolver.

Palavras-chave: Linguagem, convenção, natureza, finalismo, instinto.

O sentido básico da crítica de Nietzsche à linguagem como viga mestra de seu ataque à metafísica platônica já está presente nos seus primeiros escritos sobre esse tema. Antes de mais nada, trata-se de destruir os fundamentos da idéia de que há uma relação biunívoca entre signo e significado, isto é, de que há uma contrapartida ontológica da fixidez dos conceitos. Enfim, trata-se de recusar à linguagem o papel de "ponte" para o mundo das "realidades em si", ponte esta que se sobreporia à mutabilidade e transformação características do fenômeno.

Para mostrar que a expectativa de que a linguagem se refira às próprias coisas carece de fundamentos, Nietzsche irá compreender a fixidez da palavra como pura ficção, à qual nada existente por si mesmo corresponde. Tal compreensão parte da seguinte idéia: a palavra não é decorrência de seu conteúdo conceitual, isto é, não se origina a partir de instâncias exteriores. "O que é uma palavra? A figuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio de razão" (NIETZSCHE 1, p. 878)¹. A

* Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP e professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

1. As citações de *Ueber Wahrheit und Luege in aussermoralischen Sinne* seguem a tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho (Abril, S.P., 1978), exceto quando se tratar de trechos não traduzidos por ele.

partir da idéia de que as leis da racionalidade estão circunscritas ao âmbito do fenômeno, Nietzsche acompanha a compreensão de Schopenhauer da noção kantiana de "princípio de razão" e entende que a categoria da causalidade não poderia ser utilizada para explicar as relações entre a experiência sensível e algo que, presumivelmente, exista para além dela². A linguagem apenas reflete estados internos, impressões subjetivas, já que não se pode ter acesso direto à "coisa fora de nós", isto é, já que apenas apreendemos o suposto objeto externo por meio de modificações internas. Ora, transformar um estímulo nervoso em uma imagem e, posteriormente, em um som não constitui um procedimento que nos aproxime de nada que estivesse para além destas impressões meramente subjetivas.

Diante disso, cada vez que um estímulo nervoso é selado com um som, isso é feito de forma meramente arbitrária, pois nada há que determine de maneira tácita qual é a imagem sonora mais adequada a cada modificação interna. As diferenças entre as línguas, entende Nietzsche, constituem prova de que as denominações são fixadas arbitrariamente. Essa diferença mostra que na formação das palavras "(...) nunca importa a verdade, nunca (importa) uma expressão adequada" (NIETZSCHE 1, p. 878; grifo meu). Não há, portanto, uma expressão que se constitua como a correta, como a adequada àquilo que ela busca significar, pois diversos nomes, conforme mostra a diversidade das línguas, são igualmente usados para um mesmo significado. Dada a arbitrariedade com que são atribuídos os nomes, a fixação da palavra não passa de uma ficção.

Não sendo proveniente das próprias coisas a que se referem, os nomes são simples criações humanas. Cada palavra, ao denominar uma série de casos particulares com o mesmo termo geral, simplesmente desconsidera uma grande quantidade de características particulares em favor de uma única. Não há razão para crer que essa característica privilegiada constitua a essência daquele conjunto de particularidades e nem que seja referente a uma causa, a algo permanente que funcionasse como fonte

2. "Kant funda a pressuposição da coisa-em-si, se bem que encoberta por circunlóquios variados, sobre a inferência a partir da lei da causalidade, quer dizer, que a intuição empírica, mais corretamente a sensação dos nossos órgãos dos sentidos, de que ela parte, tem de ter uma causa exterior. Ora, a lei da causalidade, de acordo com sua própria e correta descoberta, é porém conhecida por nós a priori, conseqüentemente uma função de nosso intelecto, portanto de origem subjetiva" (SCHOPENHAUER 6, p. 102). Como se sabe, Schopenhauer elogia o "idealismo resolutivo" (op. cit., p. 101) da primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, o qual teria impedido, segundo entende esse autor, a transposição da lei da causalidade para além das formas puras de espaço e tempo, transposição essa que teria permitido a Kant a suposição da "coisa em si".

geradora daquelas demais características. "Denominamos um homem "honesto"; por que ele agiu tão honestamente? - perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! (...) O certo é que não sabemos nada de uma qualidade essencial, que se chamasse 'a honestidade', mas sabemos, isto sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, como ações honestas; por fim, formulamos a partir delas uma **qualita occulta** com o nome: 'a honestidade'" (NIETZCHE 1, p. 880). Da mesma forma são forjadas todas as denominações; a partir da eleição de uma característica específica, uma série de casos particulares são chamados de "iguais". Com o tempo, as diferenças entre eles passam a ser compreendidas como contingências, e aquela particularidade eleita se apresenta como necessária, como aquilo que permanece independentemente das demais qualidades, as quais estão ora presentes e ora ausentes. Este é o processo de criação da "essência" das coisas. Nietzsche busca circunscrevê-lo no domínio das ações humanas.

Pode-se notar, a partir desta rápida passagem pela temática discutida em **Ueber Wahrheit und Luege**, que a crítica nietzscheana à linguagem se desenvolve no sentido de desmontar o argumento metafísico de que a palavra, por oriunda de realidades "externas", constitui meio pelo qual nos remetemos a algo que se colocaria para além de nossas vivências internas. Assim, a questão da origem da linguagem é focalizada com um objetivo sobretudo estratégico: o conteúdo ontológico das significações, a precedência do objeto em relação à palavra, são idéias apoiadas em uma certa compreensão da origem da linguagem, a saber, aquela que possui a existência de uma relação original entre palavra e "coisa".

Para que se possa recuperar alguns elementos importantes referentes à gênese da preocupação com a origem da linguagem no autor, enquanto preocupação orientada pelo objetivo de uma crítica à metafísica, cabe focalizar seu primeiro escrito especificamente dedicado a este tema. Trata-se do fragmento intitulado "**Von Ursprung der Sprache**"³. Este pequeno escrito tem como tema central a origem da linguagem, já que sobre esta se apoia o

3. **Vom Ursprung der Sprache** constitui uma introdução ao curso de gramática latina ministrado na Universidade da Basileia. Trata-se, em verdade, de um pequeno escrito desprovido da pretensão de promover um tratamento mais detido sobre a origem da linguagem. No entanto, estão aí presentes algumas das intuições mais originais do autor a este respeito, as quais apenas ganharão solidez e maior sustentação teórica a partir de 1888. Dentre estas, vale mencionar que já se encontra neste texto a idéia de que as noções de substância e acidente são derivações das categorias gramaticais sujeito e predicado (p. 467).

maior argumento metafísico em favor da correspondência entre o discurso e as "coisas", conforme se buscou indicar acima.

O mote do escrito sobre a origem da linguagem está na constatação de que, desde a antiguidade clássica, as circunstâncias que envolvem seu surgimento constituem um enigma para as mais diferentes tradições culturais. Diante disso, Nietzsche procurará tratar dessa questão enquanto enigma, ou seja, irá abordá-la como algo que, de alguma maneira (a ser esclarecida na seqüência do seu texto) jamais pôde receber uma explicação satisfatória. Ele procurará, antes de explicar o que teria determinado o surgimento da linguagem, investigar o que teria imerso sua origem em semelhante obscuridade, ou seja, o que poderia ter determinado que esta origem tenha se colocado para além do alcance do pensamento racional.⁴ Assim, a origem da linguagem é, antes de mais nada, problematizada como pergunta. Nietzsche irá inventariar as maneiras tradicionais de formular a pergunta por esta origem, as quais são fundamentalmente duas:

Para os gregos pós-socráticos, a questão estava, entende Nietzsche, em decidir se a linguagem é instituída "(...) **thései** ou **physei**: assim se o elemento sonoro é condicionado através de formação arbitrária, através de contrato (**Vertrag**) e acordo (**Verabredung**), ou se é condicionado através do conteúdo conceitual (**begrifflichen Inhalt**)" (NIETZSCHE 2, p. 468). Diante dessa formulação da pergunta pela origem da linguagem, duas hipóteses são consideradas: as palavras são como decorrências das próprias coisas que elas denominam, conservando algo de suas "entidades" de origem, ou então são frutos de convenções, o que possibilitaria a comunicação entre os homens, mas nada conteria que permitisse entendê-las como referente algo para além dessa instância. Neste último caso, a linguagem consistiria um universo fechado em si mesmo, cuja validade seria restrita à relação entre homem e homem (em vez de constituir uma ponte entre homem e mundo), validade esta alcançada através de um acordo deliberado.

Na era cristã, o problema teria passado a se conformar de maneira diferente. Aí, a pergunta estaria voltada para saber "(...) se a linguagem pode ter sido instituída somente através da força espiritual humana ou se é um dom imediato de Deus" (NIETZSCHE 2, pp. 468/9)⁵. O Antigo Testamento traria uma idéia nova em relação aos gregos, a saber, a idéia de que linguagem enquanto tal é algo anterior, é previamente dada à atribuição dos nomes às

4. "Altes Raethese! bei Indern, Griechen, bis auf die neueste Zeit. Bestimmt zu sagen wie der Ursprung der Sprache nicht zu denken ist." (Nietzsche 2), p. 467)

criaturas (v.op.cit., p. 469). Ao homem caberia apenas a denominação dos animais, o que ele faz utilizando-se de uma linguagem pré-existente e de uma língua partilhada com a divindade.⁵ Neste contexto, pensa Nietzsche, os nomes "(...) expressam a relação entre os homens e as coisas" (NIETZSCHE 2, p. 469).⁶

Até aqui, mesmo em se tratando de um escrito sem maiores pretensões, duas formas de perguntar pelo surgimento da linguagem estão apontadas, quais sejam:

1. Se a linguagem foi instituída por convenção ou por natureza.
2. Se seu surgimento é condicionado pela atividade humana ou se é determinado por fatores externos a ela.

O problema com que se defronta Nietzsche reside no fato de que, se dispensarmos a idéia de uma determinação divina, não há como explicar a origem da linguagem. Este problema é formulado pelo autor da seguinte maneira: a linguagem demonstra "(...) possuir demasiada complexidade para ter sido criada por um só indivíduo e, para ser produto da massa, ela apresenta uma excessiva unidade" (NIETZSCHE 2, p. 468). Ao remeter-se ao Crátilo, Nietzsche constata que a alternativa defendida por Hermógenes (a linguagem estabelecida por convenção) estaria erigida "(...) sobre um ponto de vista que pressupõe uma linguagem anterior à linguagem" (NIETZSCHE 2, p. 468)⁷. Isso porque a idéia de que o estabelecimento dos nomes através de acordo

5. Cf. Genesis, II, 19: "Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todos os pássaros dos céus, levou-os para o homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome".

6. Diante desse trecho, é possível entender que o problema se subdivide em dois: há o problema da criação da denominação - dos animais, no caso - e o problema da origem da Linguagem. Esta última seria determinada anteriormente à fixação dos nomes.

7. "Die willkuerliche Namengebens schon durch Plato's Cratylus: dieser Standpunkt setzt naemlich eine Sprache vor der Sprache voraus" (Nietzsche 2), p. 469). Uma boa interpretação deste trecho envolve uma grande dificuldade decorrente não apenas do fato de que a discussão sobre a possibilidade de uma linguagem como convenção se mostrará de grande importância a despeito a rapidez com que aqui é feita a menção ao Crátilo, mas também decorrente do fato de que sua tradução não é inequívoca. Se forem consideradas as duas traduções possíveis para a palavra alemã "Sprache", há quatro possíveis traduções: 1. uma linguagem anterior à linguagem; 2. uma língua anterior à língua; 3. uma língua anterior à linguagem; 4. uma linguagem anterior à língua. Lacoue-Labarthe opta pela primeira tradução. No entanto, a última não apenas me parece possível como, também, enriquecedora se for considerada a observação da nota anterior.

não chega a ser eficiente no sentido de explicar o surgimento dos nomes primitivos. Para sustentar a idéia de que as palavras tem sua origem em uma convenção arbitrária, conclui Sócrates, seria necessário atribuir a exatidão dos nomes primitivos ao fato de que estes seriam criações dos deuses.⁸ Nietzsche entende que os homens não teriam como estabelecer um acordo sobre as denominações se não dispusessem, previamente, de uma linguagem que o possibilitasse.

Esse comentário sobre o Crátilo indica que Nietzsche está tratando do problema através de um paralelismo entre as duas formulações da pergunta anteriormente destacadas, estando a alternativa **thései** relacionada à idéia de criação humana e a alternativa **physei** implicada na idéia da origem da linguagem ser ocorrência de fatores externos a essa atividade. Considerando a formulação do problema nos moldes colocados pelos gregos, a alternativa é entendida por Nietzsche da seguinte forma: a linguagem se origina através de um artifício, uma convenção arbitrária produzida pela ação humana, ou é reflexo das próprias coisas, possuindo, neste caso, uma origem natural. A alternativa se coloca nesses moldes, se não quisermos lançar mão de um **Deus ex machina**, o que poderia consistir numa terceira hipótese.

Diante da alternativa colocada nestes termos, tudo parece induzir à idéia de que o enigma do surgimento da linguagem é indecível. Isso porque, ao sustentar-se que ela tenha surgido como convenção, esbarra-se na seguinte dificuldade: os homens, para entrar em comum acordo sobre as denominações a serem convencionadas e mais, sobre o uso da linguagem, dificilmente poderiam prescindir de uma linguagem articulada. Contra a idéia de que a palavra decorre das próprias coisas há o argumento da diversidade das línguas, mencionado anteriormente. Vê-se, com isso, que Nietzsche acompanha o trajeto que desemboca na conclusão aporética do **Crátilo**, pois, até aqui, ele buscou enfatizar a distância que o surgimento da linguagem guarda em relação à compreensão humana. Sua origem tem se mostrado situar-se para além do alcance do pensar humano.

Dessa dificuldade para explicar como a linguagem teria sido instituída,

8. "Talvez pareça ridículo, Hermógenes, dizer que as letras e as sílabas revelam as coisas imitando-as; entretanto, é necessário que assim seja, pois nós não temos nada de melhor a que pudéssemos nos reportar sobre a verdade dos nomes primitivos, a menos que você queira, a exemplo dos poetas trágicos que, logo que se vêm embaraçados, recorrem às máquinas, elevando deuses nos ares, nós nos furtaríamos do trabalho como eles, dizendo que os nomes primitivos foram estabelecidos pelos deuses e são exatos por essa razão" (PLATÃO 4, p. 451, 425c-426b).

decorre a idéia defendida por alguns autores de que ela não poderia ter se formado através de meios puramente humanos. Essa é a opinião de Rousseau, segundo Nietzsche. Outros autores buscaram defender opiniões contrárias, como De Brosses e Lord Monboddo. Porém, estes últimos não teriam chegado, pensa o autor, a realizar satisfatoriamente a defesa da linguagem como criação puramente humana: o primeiro admite que os sons dependem da natureza das coisas, embora a linguagem seja um produto da atividade humana. Este busca, portanto, uma explicação híbrida; o segundo tenta explicar a linguagem como atividade espiritual reflexiva, sem recorrer a uma língua primitiva, o que o dispensa das dificuldades relativas aos nomes primitivos. Só que, para fazê-lo, foi levado a atribuir a formação da linguagem a uns poucos sábios, permanecendo, por isso obscura à grande maioria dos homens. O comentário de Nietzsche diante disso é: "Com certeza, ele se viu obrigado a recorrer a algo como uma instância sobre-humana" (NIETZSCHE 2, pp. 469/470), uma vez que, novamente, a criação da linguagem fica restrita àqueles poucos que possuem um dom nato para essa função.

Vê-se que Nietzsche salienta, a partir destes breves comentários, a reincidente dificuldade encontrada pelos autores quando se busca explicar a linguagem como fruto da atividade humana. É recorrente o apelo a determinações externas, sejam estas de ordem divina ou provenientes das "coisas em si mesmas", quando se defronta com os limites da explicação. O que importa a Nietzsche é salientar que a origem da linguagem não é uma "questão de pensamento", posto que escapa a sua apreensão. O desafio assumido pelo autor está, portanto, em considerar a inapreensibilidade do surgimento da linguagem sem supor a existência determinações divinas e de pressupostos ontológicos. Assim, antes de mais nada, trata-se de compreender de que forma a origem da linguagem se nos apresenta incompreensível sem que isso a torne fruto de fatores alheios à atividade humana.

A explicação que Nietzsche fornece para a inapreensibilidade da origem da linguagem é a seguinte: se nosso pensamento não a alcança, isso se deve ao fato de que o próprio pensamento consciente não é possível senão através da linguagem. Totalmente impossível um tão profundo pensamento com uma linguagem ruidosa simplesmente animal (...).⁹ Nietzsche diz isso logo no início do texto, referindo-se ao pensar que se volta para esclarecer a origem da linguagem. A obscuridade e o mistério que pairam em torno do surgimento da linguagem, os quais levam à crença de que o

9. "Jedes bewusste Denken erst mit Huelfe der Sprache moegliche. Ganz unmoegliche ein so scharfsinniges Denken etwa mit einer blos thierischen Lautsprache (...)" (Nietzsche 2, p. 467).

homem não poderia tê-la criado, são decorrências de que a consciência e, conseqüentemente, o pensamento articulado se edificam sobre o solo fornecido pela palavra.¹⁰ Simplesmente, não temos capacidade de pensar em nada que anteceda o aparecimento da linguagem: "Os povos se calam sobre a origem da linguagem; não concebem o mundo, os deuses e os homens sem ela" (NIETZSCHE 2, p. 469).

Nietzsché resgata de Schelling a idéia de que a linguagem é anterior à consciência, idéia essa que justifica o fato de a amplitude e profundidade da linguagem serem bem mais expressivas do que aquilo que o pensamento consciente pode abarcar.¹¹ Tal idéia provê Nietzsche de um meio de recusar a alternativa **physei** tal como estava presente na pergunta dualista formulada pelos gregos, sem ter que recorrer a um **Deus ex machina**. Se entendermos que o aparecimento da linguagem se deu sem ser obra da consciência, isto é, inconscientemente (**bewusstlosig**) pode-se sustentar que ela é obra da atividade humana, que é "artificial". A linguagem não é um produto consciente, pois o pensamento consciente seria impossível sem o auxílio de uma linguagem articulada.

A unidade e a complexidade da linguagem nos levam a crer que sua

10. Indo até mesmo além da idéia de que todo pensamento apenas transcorre nos limites da linguagem, Nietzsche já atribuía, desde esse período, o papel do pensamento filosófico à análise da linguagem. A filosofia caberia, como tarefa primeira, a abordagem das regras gramaticais, pois os conceitos com que ela opera são abstrações de elementos da gramática e de relações entre estes: "Die tiefsten philosophischen Erkenntnisse liegen vorbereitet in der Sprache. Kant sagt: 'Ein grosser Theil, vielleicht der grosste Theil von dem Geschaefte der Vernunft besteht in Zergliederungen der Begriffe, die er (der Mensch) schon in sich vorfindet'. Man denke an Subjekt und Objekt; der Begriff des Urtheils ist vom grammatischen Satze abstrahirt. Aus Subjekt und Praedikat wurden die Kategorien von Substanz und Accidenz" (Nietzsche 2, p. 467). A citação de Kant é inexata e, em realidade, neste trecho da introdução da *Crítica da Razão Pura*, o autor refere-se aos juízos analíticos, que nada podem acrescentar ao conceito que já temos do objeto, restringindo-se a desmembrá-lo. Quanto à idéia de que sujeito e predicado dão origem às dualidades substância/acidente e sujeito/objeto, Lacoue-Labarthe observa ser procedente de uma certa leitura da *Crítica da Filosofia Kantiana* de Schopenhauer. Entretanto, Schopenhauer critica aí (v. op. cit., pp. 135, 139, 145) a extração do "princípio metafísico" da persistência da substância a partir da forma lógica, o que é algo distinto. É curioso observar como, neste período, Nietzsche atribui a Kant e Schopenhauer a autoridade de algumas de suas próprias idéias sobre a importância da linguagem e da gramática, idéias estas que somente ganharão solidez em 1886 e que serão, então, "assumidas" pelo autor.

11. "Como nenhuma consciência filosófica, e mesmo simplesmente humana, é concebível sem linguagem, não é a consciência que presidiu a criação da linguagem; e entretanto quanto mais penetramos sua natureza, mais adquirimos a certeza de que ela ultrapassa por sua profundidade qualquer criação consciente" (SCHELLING 5, Lição III).

formação é orientada por uma finalidade. Ela não aparenta ser fruto do acaso. Daí, a tendência a atribuir sua criação e desígnios sobrehumanos. Como explicá-la, então, como sendo fruto de uma atividade humana inconsciente e, concomitantemente, voltada para um fim?

Diante desse problema, Nietzsche encontra, em suas leituras de Herder, uma explicação alternativa, isto é, uma explicação capaz de dispensar a hipótese da intervenção divina. Este autor entenderá que a linguagem é resultado de um "impulso" interno, semelhante àquele que impele o feto ao nascimento. Assim, o fato de que o surgimento da linguagem se apresenta como processo voltado para uma finalidade e que, ao mesmo tempo, não é movido por intensões conscientes, não exclui que sua origem esteja circunscrita à existência humana.

A partir dessa idéia, Nietzsche desenvolve a noção de "instinto" (*Instinkt*) como explicação para uma atividade voltada para um produto, dirigida para um fim, portanto, mas que não é engendrada por trabalho consciente. Esta noção vem solucionar o impasse gerado pela idéia de finalidade sem consciência e, neste ponto, Nietzsche se insere explicitamente no referencial kantiano¹⁴: "Na *Crítica do Juízo*, ao mesmo tempo em que (Kant) admite a teleologia da natureza como algo efetivo destaca a surpreendente antinomia de que uma coisa finalizada careça de consciência. Esta é a essência do instinto" (NIETZSCHE 2, p. 470). Observa-se que o autor se via impedido de explicar a unicidade e a complexidade da linguagem estabelecida de forma outra que não fosse como algo criado a serviço de um fim.¹⁵

12. Segundo nota de Lacoue-Labarthe, a obra em questão é: *Abhandlung ueber der Ursprung der Sprache*.

13. A tradução de "Draengniss" por "impulso" é bastante infeliz, pois pode gerar confusões com a noção, a ser posteriormente formulada por Nietzsche, de "Trieb". No entanto, não me parece haver outra alternativa, já que termos como "ímpeto" ou "estímulo" se distanciarão demasiadamente do sentido quase fisiológico com que o termo é usado aqui.

14. J-L. Nancy e P. Lacoue-Labarthe notam (trad. *Poétique*, V) que a teleologia foi o tema a que mais se ateu Nietzsche em suas leituras de Kant. Há indícios bibliográficos de que seu estudo mais detido deste autor limitou-se à *Crítica do Juízo*. De resto, Nietzsche teria se restringido às referências de Schopenhauer.

15. *Vom Ursprung der Sprache* termina com o seguinte trecho do texto de Schelling anteriormente mencionado: "Sucede com a linguagem o mesmo que com o ser orgânico; cremos que sua formação é devida ao cego acaso, e no entanto podemos seguir até os menores detalhes a insondável finalidade desta formação" (op. cit., I, l. 3).

Entretanto, mais do que solucionar um impasse, tal noção surge no sentido de explicar positivamente o surgimento da linguagem (Até então, Nietzsche se limitara a negar outras explicações para a gênese da linguagem). O "instinto" dá conta de explicar o surgimento de um produto - a linguagem - que "possui demasiada uniformidade para ser trabalho da massa, mas que é complexo demais para constituir resultado de um trabalho individual" (NIETZSCHE 2, p. 468). Se habitualmente tais características impeliram os pensadores a atribuir a criação das línguas a instâncias supra-humanas ou a compreendê-la como reflexos das "coisas", o "instinto" caracteriza uma determinação aquém da intenção individual ou coletiva, mas presente e atuante na massa e no indivíduo.

Através da idéia de "instinto", Nietzsche dissocia (neste escrito de 1869) **inconsciente** e **determinações externas**, através do que busca evitar que a ausência de intenções conscientes na formação a linguagem torne-se argumento para se negar a possibilidade de entendê-la como criação humana. Trata-se de evitar que, a partir da nossa incapacidade de compreender a linguagem como produto consciente, se conclua que ela seja determinada por esferas transcendentais às ações humanas.

A alternativa artifício/natureza, tal como havia sido assumido pelos autores anteriormente citados, se sustentava sobre dois pares opostos e excludentes: de um lado, intenção e consciência e, de outro lado, determinação externa e inconsciente. Como instituída por convenção, a criação da linguagem pelos homens estaria submetida a um fim determinando por estes. Neste caso, o pensamento consciente deveria ser apto a abarcá-la. Como algo que escapa ao pensamento, ela apenas poderia ser entendida como reflexo das coisas, isto é, como instituída por natureza.

A compreensão da linguagem como anterior à consciência torna necessário recusar "os ingênuos pontos de vista anteriores: entre os gregos o problema de saber se a linguagem é **thései** ou **physei**, ou seja, se depende de uma formação arbitrária, por um contrato e uma convenção, ou se o elemento sonoro depende do conteúdo conceitual" (NIETZSCHE 2, p. 468). Esta alternativa não mais tem lugar quando o artifício deixa de ser entendido como sendo, necessariamente, produto de uma consciência. O artificial pode bem ser fruto da criação humana inconsciente, o que nos permite entender que nem tudo o que é criado a despeito de nossa intenção consciente é necessariamente instituído "por natureza".

Com a solução dada através da noção de "Instink", não apenas a idéia de origem natural é rechaçada. Também a sua alternativa - a linguagem

como fruto de uma convenção - perde sentido. Isso ocorre porque, para que a linguagem pudesse ter sido instituída por convenção, seria preciso que o pensamento consciente existisse previamente a esta instituição. Mas, sendo este pensamento dependente das formas lingüísticas, fica excluída a hipótese da "(...) denominação arbitrária debatida ao longo do *Crátilo* de Platão: efetivamente, este ponto de vista pressupõe uma linguagem anterior à linguagem" (NIETZSCHE 2, p. 469). Agora é possível interpretar esse trecho com mais clareza: sem o pensamento apenas pode transcorrer no interior da linguagem, não poderia haver um pensar que precedesse o surgimento da linguagem e que estivesse voltado para criá-la. Assim, a alternativa "convenção" supõe a existência de uma linguagem que possibilitasse um trabalho do pensamento voltado para criar a linguagem tal como a conhecemos hoje. Além disso, uma convenção supõe a comunicação entre aqueles que irão partilhá-la, e não haveria como explicar um acordo relativo ao estabelecimento de regras para as denominações mais simples (no *Crátilo*, trata-se do estabelecimento dos nomes primitivos) sem o auxílio da linguagem. Entendendo "convenção" como acordo deliberado, não haveria como explicar: 1. de que maneira os homens teriam estabelecido entre si um acordo, um contrato relativo a algo tão complexo quanto as regras e as normas do uso da linguagem sem que eles dispusessem de uma linguagem articulada; 2. por qual meio os homens houvessem "deliberado" sem o auxílio da consciência.

Desta forma, Nietzsche não apenas destruiu, através da discussão sobre a linguagem, os fundamentos da noção de verdade como adequação (presentes na idéia de origem natural da linguagem), mas recusou também o outro termo da questão. Se a linguagem não é produto consciente, ela tampouco pode ser compreendida como convenção. Com a idéia de posteridade da consciência em relação ao surgimento da linguagem, os dois termos da dualidade são recusados. Não se pode falar em um acordo deliberado, uma vez que se trata da atuação de um "instinto".

Entretanto, se seu objetivo inicial era o de destruir os fundamentos da idéia de verdade como ADAEQUATIO - que está na recusa da concepção de linguagem natural-, resta saber a que vem a recusa da idéia de verdade como convenção. É razoavelmente fácil compreender o papel da crítica à idéia de linguagem natural enquanto etapa de uma crítica à metafísica, já que tal idéia resulta na afirmação de um conteúdo ontológico da palavra. No entanto, este texto (*Die Ursprung der Sprache*) não deixa claro com que objetivo Nietzsche perfaz todo um trajeto que desemboca na recusa da idéia de linguagem como acordo ou contrato. Para dizer de outro modo, cabe perguntar: qual a razão da recusa das duas hipóteses (convenção e natureza) contidas na pergunta dualista proposta pelos gregos, uma vez que, ao que

tudo indica, bastaria para uma crítica à metafísica que fosse recusado um dos termos dessa alternativa (linguagem como "physei")?

Além disso, essa solução dada por "Instinkt" envolve um sério problema, caso se tenha em vista aquilo que ele pretende solucionar (a saber, encontrar uma hipótese que dispense a determinação divina para a linguagem). Tal problema pode ser descrito como se segue:

Ambas as alternativas da dualidade natureza/artifício são recusadas. No entanto às custas e um postulado que implica certos comprometimentos: o "artifício" se tornou produto inconsciente e, por sua vez, a natureza ganha intencionalidade, já que um TELOS está presente como motor deste instinto. Este segundo item encerra o problema. Da idéia de uma finalidade sem consciência para a reinstauração da crença divina é necessário apenas um passo. Se não há mais uma "coisa", um objeto externo determinante dos significados, se não mais é necessário supor uma origem divina para a linguagem, por outro lado, o "instinto" se torna uma força misteriosa anterior às ações humanas e determinante delas. Assim, vê-se que Nietzsche terá boas razões para reelaborar esta solução possibilitada pela idéia de instinto: esta idéia encerra a suposição de uma finalidade anterior à atividade humana.

Essa solução apenas será plenamente alcançada no escrito primeiro escrito sobre a linguagem propriamente filosófico.: **Ueber Wahrheit und Luege in Ausser-moralischen Sinne**. **Aí os problemas filológicos saem do centro da cena e são abordados como mero instrumento para questões filosóficas relacionadas à moral e ao conhecimento.** Neste contexto, **Instinkt** é substituído por **Trieb** (impulso), o que permite ao autor se desvincular de todo e qualquer pressuposto finalista ligado à natureza.